



ANTES DE TUDO, INTELIGÊNCIA!



CENTRO DE INTELIGÊNCIA

O Centro de Inteligência é responsável pelo exercício permanente de ações especializadas no âmbito da Corporação, orientando-a para a produção e proteção do conhecimento com vistas a assessorar o processo de tomada de decisões.

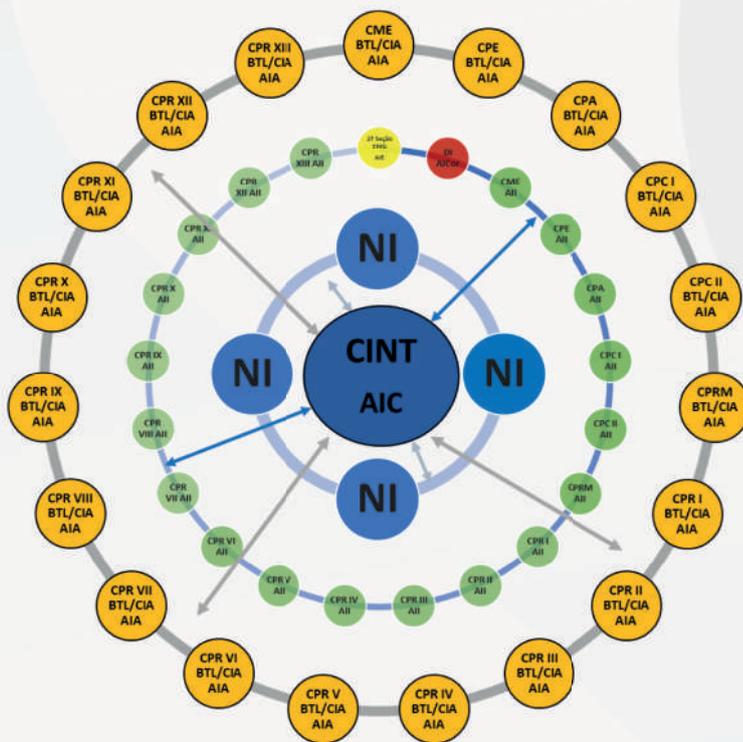
A estrutura do Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM) tem o Centro de

Inteligência como Agência de Inteligência Central (AIC) do sistema, com a missão de coordenar e integrar as atividades de Inteligência da Corporação em níveis estratégico, tático e operacional, para subsidiar a atividade de polícia ostensiva, a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

SISTEMA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL MILITAR (SIPOM)

- AIC - Agência de Inteligência Central
- AIE - Agência de Inteligência Estratégica
- AII - Agências de Inteligência Intermediária
- AIA - Agências de Inteligência de Área
- AICor - Agência de Inteligência Correicional
- NI - Núcleos de Inteligência

Fonte: CINT, PMPA, 2024.



10º aniversário do Centro de Inteligência

No dia 6 de fevereiro, realizou-se o evento alusivo ao 10º aniversário de criação do Centro de Inteligência. A comemoração contou com a presença de diversas autoridades civis e militares, oficiais e praças da corporação que foram agraciadas com a moeda comemorativa referente a data, além de agraciar policiais militares do Centro de Inteligência com a Láurea do Mérito Pessoal.



Fonte: CINT, PMPA, 2024.



I Workshop de Inteligência das Polícias Militares

No período de 25 a 29 de fevereiro de 2024, dois oficiais participaram do I *Workshop* de Inteligência das Polícias Militares. O evento foi estrategicamente idealizado para o desenvolvimento e aprimorar práticas de Inteligência nas Corporações, fortalecendo as agências que puderam conhecer e trocar experiências na produção do conhecimento de interesse da Segurança Pública.



Fonte: CINT, PMPA, 2024.

II Curso de Inteligência Policial

O Centro de Inteligência realizou o II Curso de Inteligência Policial no período de 09 a 30 de abril de 2024, com carga horária de 168 h/a. A turma contou com 41 alunos integrantes da Polícia Militar do Pará, oriundos de diversas unidades e do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. No curso, foram abordados, dentre outros assuntos, a introdução à atividade de inteligência, noções de contrainteligência e inteligência de segurança pública. O curso tem por objetivo desenvolver subsídios aos policiais militares no sentido de despertar a aptidão para a atividade de inteligência, sobretudo no que concerne à produção do conhecimento e a obtenção de dados.

Um dos pontos altos do curso foi a realização de palestra ministrada pelo Coronel PM José Ramos da Silva Júnior, Subsecretário de Inteligência da Secretaria de Estado da Polícia Militar do Rio de Janeiro.



Fonte: CINT, PMPA, 2024.

Capacitação para uso da pistola Beretta

Os policiais militares integrantes do Sistema de Inteligência Policial Militar (SI-POM) participaram da capacitação para o uso da pistola Beretta APX Compact 9mm, reali-

zada no período de 8 a 11 de julho. A atividade ocorreu no Centro de Treinamento da Polícia Militar (CTPM) com o objetivo de habilitar os participantes ao manuseio, desmontagem



e utilização segura e eficiente do armamento, além de treiná-los em técnicas de autoproteção e tiro aplicado (porte velado).

A capacitação qualificou 57 policiais militares e abordou conteúdos teóricos e práticos, incluindo estudos de riscos, as-

pectos jurídicos do uso da força e manejo do armamento. As atividades também incluíram simulações de cenários reais e exercícios práticos com disparos, proporcionando aos participantes o aprimoramento técnico e comportamental para situações operacionais.



Fonte: CINT, PMPA, 2024.

I Curso de Análise de Inteligência em Segurança Pública

No período de 20 de agosto a 5 de setembro, o Centro de Inteligência, realizou o I Curso de Análise de Inteligência em Segurança Pública. A turma composta por 28 integrantes entre oficiais e praças da Corporação e outros órgãos, tais como: Segup, Sieds, Forças Armadas, Tribunal de Justiça do Pará, Tribunal Regional Eleitoral e Ministério Público, receberam conhecimentos relativos aos conceitos, técnicas e procedimentos concernentes à atividade de Inteligência e principalmente aos constantes avanços tecnológicos

que podem auxiliar na coleta de dados, visando o melhor assessoramento ao tomador de decisão nos mais diversos níveis.

A ação formativa inédita, contendo nove disciplinas, distribuídas em uma carga horária de 125 h/a qualifica os agentes da corporação e de outras agências convidadas, quanto à análise e produção do conhecimento, reduzindo o grau de incerteza nos ambientes operacionais e possibilitando a identificação de ameaças e oportunidades de interesse do Estado.



Fonte: CINT, PMPA, 2024.





II Estágio de Inteligência

O Centro de Inteligência promoveu o II Estágio de Inteligência no período de 17 a 21 de junho de 2024, com carga horária de 45 h/a. Participaram da capacitação Policiais Militares, Policiais Civis, Militares do Exército Brasileiro, Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira, além de servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE), totalizando 30 agentes capacitados.

O estágio foi realizado na modalidade de ensino presencial, com o objetivo de nivelar o conhecimento entre os participantes quanto à doutrina e os procedimentos a serem adotados na atividade de inteligência, além de possibilitar aos discentes o conhecimento e aplicação da referida doutrina na obtenção da informação e do conhecimento.

III Estágio de Inteligência

No período de 25 de setembro a 02 de outubro, o Centro de Inteligência promoveu o III Estágio de Inteligência com carga horária de 45 h/a. Participaram da capacitação Policiais Militares das unidades do Comandos Intermediários da capital e Região Metropolitana, totalizando 40 agentes capacitados.

O estágio foi realizado na modalidade de ensino presencial, com o objetivo de nivelar o conhecimento entre os participantes quanto à doutrina na atividade de inteligência.

IV Estágio de Inteligência

Reforçando a estratégia de qualificação dos integrantes do Centro de Inteligência, no período de 25 a 29 de novembro, foi promovido o IV Estágio de Inteligência com carga horária de 45 h/a. Participaram da capacitação Policiais Militares, Policiais Civis e Militares das Forças Armadas, totalizando 31 agentes capacitados.

O estágio foi realizado na modalidade de ensino presencial, com o objetivo de nivelar o conhecimento quanto à doutrina na atividade de inteligência, além de possibilitar o conhecimento e aplicação da referida doutrina na obtenção da informação e do conhecimento, possibilitando a operação de atividade prática, com alvos controlados e técnicas operacionais de inteligência.

Qualificação em Unidades de Inteligência de outros Estados

No ano de 2024, os militares do Centro de Inteligência puderam buscar conhecimento e qualificação em cursos na área de Inteligência em outros Estados, ampliando de maneira significativa os conhecimentos e experiências na área de Inteligência em Segurança Pública.

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará autorizou 03 Oficiais e 01 praça do CINT para participarem dos seguintes cursos: VIII Curso de Segurança Orgânica - Nível Misto, realizado pelo Centro de Inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal, no período de 8 a 12 de



abril, com carga horária de 72 h/a; I Curso de Análise de Inteligência - Nível Misto, realizado pelo Centro de Inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal, com 62h/a, no período de 17 a 24 de maio; 77ª Edição do Curso de Metodologia de Produção do Conhecimento, realizado no período de 17

a 21 de junho em Manaus/AM com 40h/a; e o IV Curso de Contrainteligência, nível misto, realizado também pelo Centro de Inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal, no período de 02 a 16 de agosto, com uma carga horária de 80 h/a.

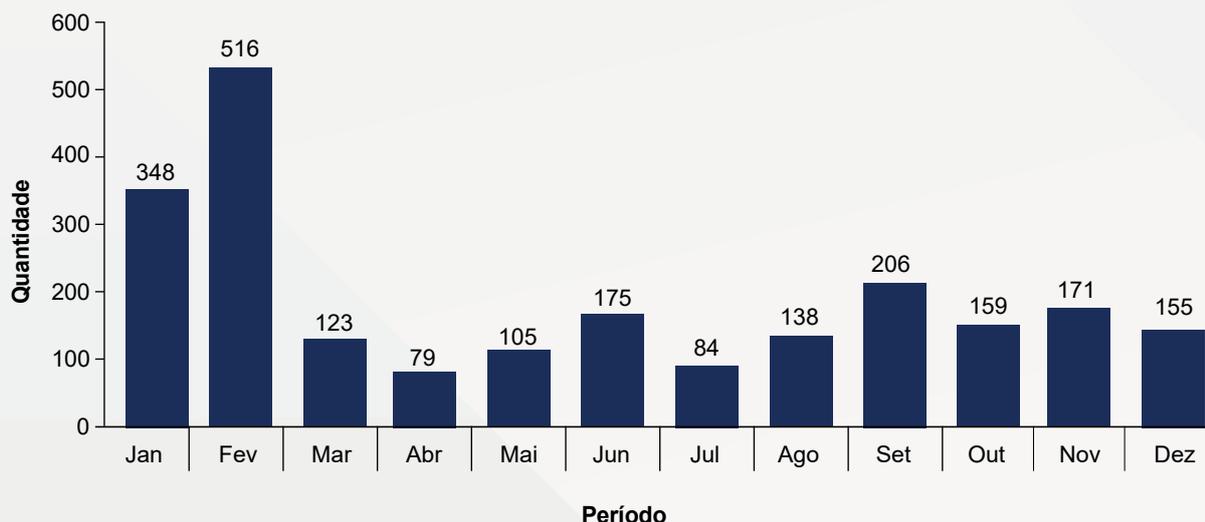
SIGPLAN

O Sistema Integrado de Planejamento do Estado do Pará (SIGPLAN) é uma ferramenta essencial dentro do Plano Plurianual (PPA) do Estado. O PPA é o principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas para as ações públicas ao longo de um período de quatro anos (SEPLAD, 2024).

No contexto das ações de inteligência, o SIGPLAN desempenha papel crucial

ao permitir uma análise detalhada e integrada de dados, facilitando a identificação de ameaças e a tomada de decisões informadas. Ele também ajuda a coordenar esforços entre diferentes agências de inteligência e forças de segurança, garantindo uma resposta mais eficaz e eficiente a situações de risco, com 2.259 ações em todo Estado de operações realizadas em locais específicos e de acordo com a demanda imediata.

Ações de inteligência realizadas no Estado do Pará, por mês, no ano 2024



Fonte: SPI, 2024.



CORREGEDORIA-GERAL

A Corregedoria-Geral da Polícia Militar do Pará desempenha um papel fundamental na manutenção da ética, disciplina e hierarquia há 22 anos, oferecendo orientação e suporte em questões dessa natureza. Seu objetivo é alcançar os resultados institucionais por meio de ações preventivas e fiscalização das atividades funcionais de todos os policiais militares do Estado.

De forma desconcentrada, a Corregedoria conta com Comissões na Capital, na Região Metropolitana de Belém e nos municípios-sede dos Comandos de Policiamento Regionais (CPRs), garantindo um atendimento mais próximo à população paraense e agilizando a resolução dos processos e procedimentos nos locais mais distantes do Estado.

A sede da Corregedoria-Geral, localizada na Avenida Almirante Barroso, nº. 4.466, foi inaugurada em 2023, representando um marco histórico: é a primeira

vez que a Corregedoria-Geral possui uma sede própria.

Essa nova estrutura visa proporcionar melhores condições de trabalho aos militares e atender a população com mais eficiência. O fortalecimento do órgão é essencial, considerando a dimensão da Polícia Militar e os desafios enfrentados pelo sistema de segurança.

O principal objetivo da Corregedoria é garantir que as ações policiais sejam conduzidas com integridade e transparência, aumentando a confiança da população na Polícia Militar. Dessa forma, buscamos assegurar que nossos policiais sigam as normas e regras que regem sua função de proteger a sociedade.

Atualmente, a Corregedoria conta com um efetivo de 268 policiais militares, sendo 151 na capital e 117 no interior do Estado.



Fonte: Corregedoria-Geral, PMPA, 2024.

Sistema de Corregedoria (SISCOR)

Para fomentar a observância de princípios como os que instrumentalizam a doutrina de Direitos Humanos, o órgão vem desenvolvendo ferramentas que auxiliam na atividade disciplinar, como o Sistema de Corregedoria (SISCOR), que possibilita maior controle das notícias de fatos recebi-

das pela Corregedoria, assim como controlar, de forma auditável e em tempo real, a tramitação das apurações investigativas e instrução dos administrativos disciplinares, mitigando possíveis falhas e atrasos demasiados injustificados nas apurações.

Disciplina e Prevenção

A Corregedoria-Geral tem a atribuição de primar pela hierarquia, disciplina e ética na PMPA. Para isso, a Ronda Disciplinar Ostensiva (RDO), criada através da Portaria nº. 213-2021/GAB CMDO, exerce função essencial de promover a fiscalização e manutenção desses aspectos no âmbito da Corporação.

O objetivo precípuo é garantir que os agentes mantenham comportamento adequado e compatível com os padrões da Instituição durante o serviço e folga. Em razão disso, o setor orienta a tropa sobre como deve proceder e fiscaliza a adequação comportamental com suporte 24 horas por dia.

Para ampliar a cobertura de orientação e fiscalização a RDO atuou, pelo

segundo ano consecutivo, na Operação Verão, com foco nos finais de semana no município de Salinópolis e Distrito de Mosqueiro. A medida preventiva foi primordial para a inibição de ocorrências envolvendo policiais militares, bem como no oferecimento de suporte à tropa em ocorrências.

A fim de robustecer a prevenção, foram realizadas 436 rondas disciplinares em diversos quartéis e 147 palestras correccionais. Os temas abordados foram diversos, incluindo alterações legislativas, abuso de autoridade, confecção de processos administrativos, entre outros assuntos ligados a atividade policial. O objetivo é orientar e sanar as principais dúvidas.

Operações e investigações

A Divisão de Polícia Judiciária Militar (DPJM) se encarrega da apuração de crimes militares complexos que podem demandar o planejamento de operações correccionais, além de auxiliar as Autoridades Cíveis, Judiciárias e Ministério Público (Comum e Militar) na condução de investigações e coleta ou produção de provas.

Ademais, cumpre mandados de prisão e outras medidas cautelares em desfavor de policiais militares do Estado do Pará. Foram realizadas 56 operações, entre cumprimento de mandados de prisão, investigações em inquérito policial militar, apurações preliminares, entre outras.



Quantidade de operações da Corregedoria em 2024

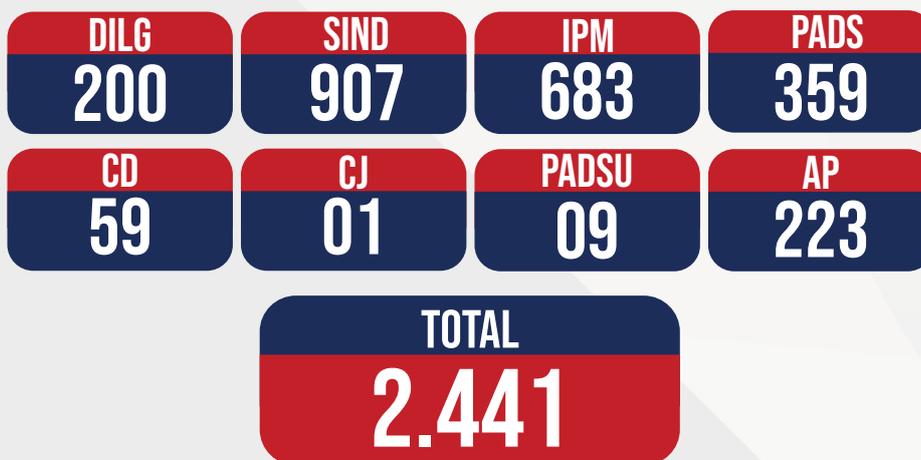
Operações	QTD
Cumprimento de mandados de prisão	16
Cumprimento de busca e apreensão	14
Cumprimento de mandados de prisão e busca e apreensão em outras cidades do estado	4
Investigações através de inquéritos	17
Investigações através de apuração preliminar	5
Total	56

Fonte: Corregedoria-Geral, 2024.

No que tange aos processos e procedimentos, considerando os dados apurados de janeiro a dezembro, 2.441 processos e procedimentos foram instau-

rados, conforme a tabela a seguir. Com relação aos processos finalizados, a Corregedoria-Geral encerrou 1.623, perfazendo total de 66,48%.

Quantidade de procedimentos instaurados em 2024



Fonte: Corregedoria-Geral, 2024

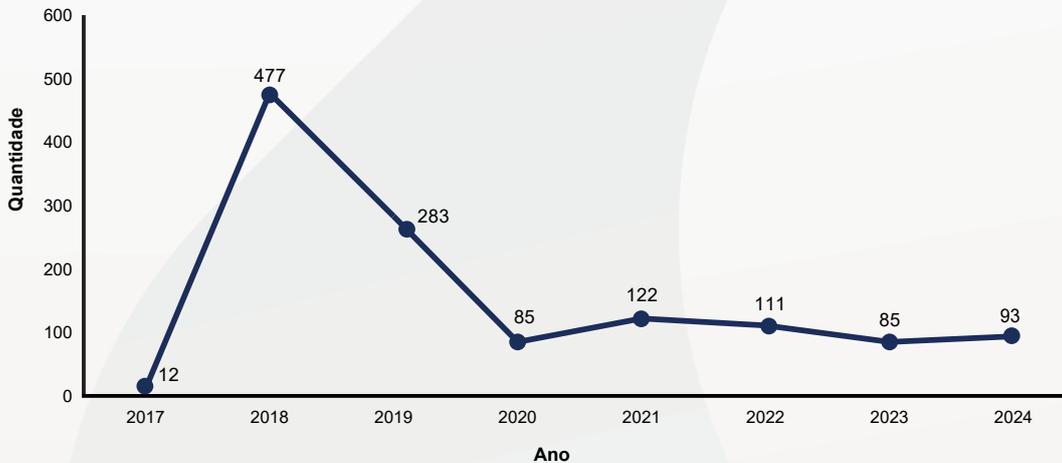
Acolhimento

No que concerne ao acolhimento dos policiais militares, a Divisão PM Vítima (DPMV) busca auxiliar a autoridade de polícia judiciária comum a identificar autores de crimes contra a integridade física de policiais militares, atuando no acolhimento dos militares e acompanhamento das demandas registradas na Divisão, a fim de resguardar a integridade física do PM e familiares.

A Divisão presta apoio e assistência a policiais militares que foram vítimas de ameaça ou qualquer outra ação criminosa que os coloquem em situação de risco no exercício da função ou em razão dela. Para isso, registra a demanda, encaminha o militar para atendimento com o Centro de Atenção Psicossocial, quando necessário e auxilia a concessão de aluguel social ao militar em situação de vulnerabilidade.



Levantamento da Divisão PM Vítima de 2017 a 2024



Fonte: Corregedoria-Geral, 2024.

RECEBEM ALUGUEL SOCIAL
298

PEDIRAM REDE DE PROTEÇÃO
324

Quantitativo de militares que recebem aluguel social

Graduação	QTD.
SUB TEN	3
1º SGT	26
2º SGT	59
3º SGT	74
CB	60
SD	50
AL CFP	1
Total	273

Fonte: Corregedoria-Geral, 2024.

A tabela acima apresenta a distribuição de aluguel social aos militares, considerando a graduação. Importante frisar que a medida abrange somente as praças da Corporação, por força de determinação legal.

Comparando os anos de 2023 e 2024, no que tange aos atendimentos rea-

lizados pela Divisão PM Vítima, percebe-se que houve um aumento de 9,4%. Isso significa que mais agentes se sentiram confortáveis e confiantes em buscar o atendimento da Corregedoria. Com as ações protetivas e de retaguarda da PMPA, foram investidos R\$1.526.672,95 em auxílio moradia pagos pela COHAB.

Atendimentos em 2023 e 2024

Período	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
2023	3	6	7	13	6	2	16	8	5	7	6	6	85
2024	8	10	11	18	6	7	6	6	5	3	9	4	93

Fonte: Corregedoria-Geral, 2024.



A Corregedoria-Geral da Polícia Militar também realiza o serviço de registro de comunicações de fato por meio da população. Tal serviço é ininterrupto, ou seja, funciona 24h por dia, onde qualquer cidadão pode se dirigir sede e realizar a referida comunicação, fazendo com que, quando a conduta ainda está acontecendo, possa ocorrer a repressão “*in loco*” e imediatamente daquilo que venha a ser considerado crime e/ou transgressão da disciplina.



Fonte: Corregedoria, PMPA, 2024.

Divisão de Análise de Provas Técnicas (DAPT)

A DAPT é a Seção da Corregedoria-Geral responsável pela parte técnica e pericial da atividade correicional. Portanto tem o foco em realizar levantamento pericial de dispositivos eletrônicos que foram, de alguma forma, utilizados em crimes militares e/ou transgressão da disciplina. Desta forma, é possível que a vítima, ao procurar a Corregedoria, possa adiantar a investigação com o fornecimento voluntário do material eletrônico, reduzindo o tempo de espera.

Dentre as ações mais importantes realizadas, pode-se citar a manutenção da cadeia de custódia, a fim de evitar a perda da prova, fazendo com que uma série de procedimentos venham a ser adotados, conforme prescrição em lei.

Foram realizadas oito perícias em mídias digitais e 67 autos de extração, 22 referentes a operações e 45 em entregas voluntárias após comunicação de fato realizado.

Ações Formativas

Visando melhorar a qualificação profissional, dois oficiais frequentaram cursos em outros Estados, um participou do Curso Superior de Inteligência Estratégica, em nível de especialização, ocorrido em Brasília no período de 11 de março a 28 de junho, realizado pela Escola Superior de Defesa. Enquanto participou do Curso de Perícia e Investigação Criminal Militar para oficiais ocorrido no Estado do Rio de Janeiro e com carga horária de 1.188 horas/aula. A qualificação, em nível de pós-graduação, foi realizado pela Escola de Instrução Especializada do Exército (EsIE), sendo atividade de Polícia Judiciária Militar na realização de perícias e outros procedimentos afins, otimizando, assim, o serviço correicional.



Fonte: Corregedoria-Geral, PMPA, 2024.



Somado a isso, 120 praças que integram o efetivo da Corregedoria na capital e interior do Estado foram capacitados através da qualificação “Resolução de Cadeia de Custódia de Vestígios”, e outros 10, que atuam na Região Metropolitana, foram qualificados em “Análise de Processo Administrativo”.

A Corregedoria-Geral da Polícia Militar do Pará participou no período de 25 a 29 de novembro de 2024 da “I Jornada Administrativa do CPC I”, com a finalidade de padronizar a atuação administrativa no âmbito disciplinar das unidades que compõem o Comando de Policiamento da Capital I (CPC I), abordando diversos assuntos, dentre eles a finalidade do Código de Ética e Disciplina da PMPA e o sistema de controle alternativo das infrações disciplinares, tais como: Prevenção, Termo de Correção e Termo de Ajuste de Conduta (TAC).



Fonte: Corregedoria, PMPA, 2024.

Premiação pecuniária por apreensão de arma de fogo

A preocupação com a capacitação do efetivo do órgão correcional reflete o propósito de especializar a atuação e promover atendimento de qualidade ao cidadão.

Ainda no âmbito correicional é importante mencionar que existe a premiação pecuniária para os policiais militares que realizam apreensões de arma de fogo. Só em 2024, foram apreendidas 1.077 armas de fogo, dentre as quais, as mais recuperadas

foram as artesanais, revólver e espingarda. Os Comandos Intermediários que mais se destacaram foram os CPRs IX (Abaetetuba), VI (Paragominas) e II (Marabá). Com isso, foram pagos aos policiais militares o valor de R\$ 656.422,00, a título de retribuição pecuniária, ou seja, além de retirar mais armas das ruas e garantir maior segurança à sociedade, ainda se investiu em retribuir financeiramente a quem executou o serviço.

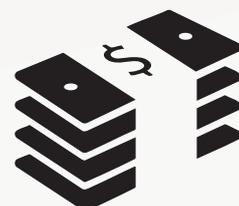


ARMAS APREENDIDAS

1.077

VALOR PAGO PELA POLÍCIA MILITAR

R\$ 656.422,00



Fonte: Corregedoria, PMPA.



CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual é estruturado com o objetivo de garantir a boa gestão dos recursos públicos, assegurando que todas as atividades administrativas sejam realizadas de forma transparente e conforme os princípios constitucionais.

Seu principal fundamento é a transparência, que busca proporcionar aos cidadãos acesso claro e preciso sobre a aplicação dos recursos, bem como promover a governança, que assegura a organização e coordenação eficaz das atividades do governo. Além disso, o Sistema enfatiza a integridade, garantindo que as ações dos gestores estejam alinhadas com valores éticos e legais, e a conformidade, que assegura que todos os atos administrativos respeitem a legislação vigente e as normas estabelecidas para a gestão pública.

Os princípios que regem o Sistema de Controle Interno são essenciais para assegurar a boa prática da administração pública, com destaque para a legalidade, que garante a observância das leis e regulamentos; a impessoalidade, que impede favorecimentos ou discriminações; e a moralidade, que exige que a atuação dos gestores seja pautada por princípios éticos. A publicidade garante que as ações do poder público sejam amplamente divulgadas, enquanto a eficiência, economicidade, eficácia e efetividade asseguram que os recursos sejam aplicados de forma otimizada e com resultados concretos para a sociedade. Também são fundamentais os princípios de razoabilidade, essencialidade e segregação de funções, que visam equilibrar os atos administrativos e evitar conflitos de interesse, fortalecendo o controle e a *accountability* no setor público.



Fonte: VC Gabriela, PM/8, EMG, PMPA, 2024.



A Atividade de Controle Interno na PMPA

Com o intuito de aperfeiçoar o controle administrativo sobre os gastos estatais, instituiu-se a Coordenadoria de Controle Interno na PMPA, passando por evoluções até ser denominada Controladoria Interna. A CI é órgão de direção geral e subordinada ao Comandante-Geral, sendo responsável pela análise de conformidade contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Corporação.

A atuação é pautada no olhar da conformidade, analisando todas as despesas públicas realizadas pela Polícia Militar, tais como, gratificação complementar de jornada operacional e as despesas estabelecidas por instrumento contratual, não apenas após a realização das despesas, mas no decorrer de todas as fases (empenho, liquidação e pagamento).

As Ações da Controladoria Interna

Com fim de aprimorar a elaboração, aprovação, execução e o controle orçamentário e financeiro da Polícia Militar, a CI vem desenvolvendo ações que promovam a transparência das condutas da corporação, esclarecendo a obrigação de prestação de

contas e repassando aos órgãos de controle externo as justificativas para as ações que foram ou deixaram de ser implementadas, intrinsecamente ligada ao termo “*accountability*” (descrever as práticas relacionadas a prestação de contas).



Fonte: VC Jade Maria, PM/8, EMG, PMPA, 2024.

Autoridade de Gerenciamento

A Lei nº. 12.527/2011 dispõe sobre os procedimentos a serem observados para garantir o acesso a informações. No âmbito Estadual, a referida lei foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº. 1.359/2015, em

que, dentre as atribuições, consta o dever de assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação de forma eficiente e adequada aos objetivos da norma, bem como avaliar e monitorar a imple-





mentação do disposto no decreto e apresentar à Autoridade Máxima de cada Órgão (Controladoria Geral do Estado) o relatório anual para tornar público os dados estatísticos do ano. O site da PMPA é a primeira comunicação com o cidadão com relação às informações gerais e sobretudo acerca das contas da Corporação, devendo ser monitorado para que todas informações acerca das contas estejam devidamente alimentadas pelo setor competente.

A PMPA continua adotando medidas que facilitem o acesso às informações, investindo na implementação de sistemas e na capacitação dos servidores para lidar com as demandas dos usuários de forma eficiente, sendo que a Controladoria Interna exerce o papel de norteadora e orientadora dos demais setores da Corporação.

Conformidade no Sistema SIAFE

Conformidade ou “*compliance*” é o termo utilizado na referida lei e significa observar o cumprimento de todos os parâmetros legais para o cumprimento das despesas públicas. A tarefa de dar conformidade nos processos de contas é realizada na Controladoria Interna da PMPA, através do sistema da SEFA denominado SIAFE.

Na prática, a conformidade deve ser operada sempre que se concluir um ciclo de despesa, que inclui Nota de Empenho, Documento de Liquidação e Ordem Bancária. Em termos estatísticos, em 2024 foram produzidas na Controladoria Interna 7.073 conformidades, além de 2.243 análises à nota de empenho, 2.515 a documentos de liquidação e 2.315 a ordens bancárias.

Documentos lançados no período

Status do documento	Nota de empenho	Documento de liquidação	Ordem bancária	Totais de conformidade
Sem restrição	2.243	2.513	2.315	7.071
Com restrição	0	2	0	2
Total de documentos	2.243	2.515	2.315	7.073

Fonte: CI, PMPA, 2024.

O Agente de Controle Interno (ACI)

O policial militar pertencente ao efetivo da Controladoria Interna é nomeado Agente de Controle Interno (ACI), tem por escopo operar o sistema SIAFE para dar conformidade aos processos que geram despesas na PMPA, de responsabilidade e controle da SEFA, com a devida publicação

em Diário Oficial do Estado. O policial é capacitado para comprovar e aferir a legalidade, legitimidade e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, sendo responsável ainda pela análise da prestação de contas e pelos registros das conformidades dos atos e fatos ocorridos no órgão.

Capacitação

A Controladoria Interna da PMPA vem contribuindo com a capacitação de policiais que atuam nos setores administrativos da OPMs, sobretudo mediante palestras e vem avançando para atingir todas as OPMs subordinadas aos grandes comandos de policiamento que integram a Polícia Militar no interior do Estado. Nesse desiderato, foram contemplados os CPRs II, III e VII, capacitando 74 policiais militares responsáveis pela prestação de contas dos processos GCJO, diárias e suprimentos de fundos.

Quanto à capacitação do próprio efetivo, a PMPA proporcionou a três agentes o curso sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos, garantindo a especialização do serviço frente às demandas legais.

Foram também treinados 30 agentes de controle interno para conhecimento e utilização da nova plataforma do Sistema de Execução Financeira e Orçamentária do Estado do Pará (SIAFE), capacitação essa disponibilizada pela SEFA em conjunto com a CGE.

Prestação de Contas Anual de Gestão

A prestação de contas é de incumbência da Controladoria Interna da Corporação, prestada a CGE e aos demais órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE). A documentação referente à prestação de contas é encaminhada via Processo Administrativo Eletrônico (PAE) e, após análise e emissão de relatório de completude e parecer pela CGE, inicia-se a prestação de contas anual de gestão junto ao TCE.

A Controladoria Interna da PMPA apresenta o Plano Anual de Atividades do Controle Interno (PAACI – 2025), atendendo às recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Pará que estabelece o planejamento de ações para mensurar e avaliar a eficiência e efetividade dos procedimentos e ações da administração pública.

Elaboração do Plano Anual de Controle Interno para 2025

A Controladoria Interna da PMPA apresenta o Plano Anual de Atividades do Controle Interno (PAACI – 2025), atendendo às recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Pará que estabelece o planejamento de ações para mensurar e avaliar a eficiência e efetividade dos procedimentos e ações da administração pública. O PAACI tem como principal finalidade

consolidar, por meio de um cronograma, o direcionamento das atividades previstas para o exercício de 2025, estabelecendo prioridades, dimensionando e racionalizando o tempo, os recursos humanos e materiais disponíveis, procurando, a partir de atividades planejadas, ampliar a atuação das atividades de controle previstas nos normativos vigentes.